

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Gabinete do Ministro

Observatório do Mercado de Trabalho

Brasília, 12 de dezembro de 2003.

PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO EM 2003

O ano de 2003 tem sido marcado por grandes dificuldades no mercado de trabalho, especialmente nos grandes centros metropolitanos, que experimentaram uma geração insuficiente de novas ocupações, aquém do contingente adicional de pessoas que passaram a integrar o mercado de trabalho, o recuo da renda do trabalhador e o crescimento do trabalho não registrado, acompanhado de redução do trabalho com carteira assinada.

De janeiro a outubro desse ano, o nível de desemprego nas seis principais áreas metropolitanas contempladas pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE¹ apresentou um crescimento acumulado de aproximadamente 30,6%, o que equivale a mais 648 mil pessoas desempregadas no conjunto desses centros metropolitanos. Com isso, a taxa de desemprego saltou de 10,5% em dezembro de 2002, para o patamar de 12,9% em outubro de 2003. Nesse mesmo período, o rendimento médio real do trabalhador apresentou retração de 11,6%, o emprego com carteira assinada redução de 1,6% e o emprego sem carteira e o trabalho por contra própria expansão de, respectivamente, 7% e 7,3%.

Caso se restrinja a análise do mercado de trabalho no Brasil à evolução do patamar de desemprego metropolitano, sem apontar as forças por detrás desse desempenho, sem levar em consideração a dinâmica da ocupação fora dos grandes centros e sem refletir sobre as profundas dificuldades macroeconômicas que o governo atual enfrentou ao assumir o comando do país², e sem olhar para as insinuantes perspectivas que afloram para economia brasileira e seus reflexos no nível e na qualidade da ocupação e na renda do trabalhador (a partir, sobretudo, do final do terceiro trimestre), seguramente o quadro se configura bem alarmante. Uma visão mais abrangente do problema do desemprego ao longo de 2003 e as perspectivas para 2004 é, pois, fundamental para bem orientar as decisões políticas.

Ao longo do ano corrente, o Governo do Presidente Luis Inácio “Lula” da Silva conseguiu restaurar a estabilidade macroeconômica e a confiança dos agentes econômicos, em que pese o legado de dificuldades na área econômica herdados do governo anterior. Para tanto, precisou

¹ A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE é um levantamento amostral domiciliar, que engloba as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

² Este primeiro ano de governo foi marcado por profundos desafios no campo macroeconômico, levando a adoção de medidas restritivas ao crescimento econômico, resultando numa inevitavelmente a uma conjuntura desfavorável para o mercado de trabalho.

adotar medidas que restringiram o crescimento da economia no primeiro semestre de 2003, resultando numa retração de 2% do PIB. Já no terceiro trimestre, a taxa de variação do PIB voltou a ser positiva na margem (expansão de 0,4%).

Invariavelmente, o mercado de trabalho sofre as conseqüências do baixo desempenho econômico. Era de se esperar, portanto, um agravamento da situação do desemprego, o que de fato ocorreu. Porém, a expansão do desemprego não foi uma resultante da eliminação de postos de trabalho. O que se tem observado é o crescimento da ocupação, ainda que primordialmente no setor informal, para os principais aglomerados urbanos. Os números da PME revelam um aumento de 3,1% do nível de ocupação no período de janeiro a outubro de 2003, o equivalente a mais 553 mil ocupações, nas seis principais áreas metropolitanas do país.

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) revelam que, entre janeiro e outubro desse ano, houve geração de pouco mais de 910 mil novos vínculos empregatícios com carteira assinada no Brasil³ (+4,08%). Parte desse incremento, no entanto, não significa a criação de novos postos de trabalho, mas a formalização de postos antes informais (sem carteira assinada), mediante a ação da fiscalização do MTE. Se por um lado isto significa menor geração de novos postos, por outro lado revela a redução da precariedade das relações de trabalho.

Outro aspecto a ser destacado é que a criação de empregos formais ocorre mais intensamente fora dos grandes centros urbanos: de janeiro a outubro de 2003, enquanto nas áreas metropolitanas a expansão no emprego com carteira assinada foi de 2,14%, a expansão verificada no restante do país foi de 5,52%. Vale notar que a dinâmica do emprego formal, de acordo com os registros do MTE, apresenta importantes distinções ao longo do ano: no primeiro trimestre, o crescimento observado para o total do país foi de 0,6%, sendo de 0,2% para o conjunto das áreas metropolitanas e de 1,0% para o restante do país; no segundo trimestre, a expansão verificada foi de 1,9% (0,6% para as regiões metropolitanas e 2,8% nas demais regiões do país); e no terceiro trimestre registra-se uma elevação de 1,2%, sendo de 0,8% nas áreas metropolitanas e de 1,6% no restante do país. Vê-se, pois, que houve uma desaceleração no crescimento do emprego com carteira assinada, do segundo para o terceiro trimestre, em função da evolução fora dos grandes centros urbanos, explicada em boa medida pela sazonalidade do agronegócio. Para as áreas metropolitanas a evolução trimestral mostra contínua elevação, sendo que no mês de outubro, abrindo o último trimestre do ano, a expansão observada (+0,52%) supera o crescimento no restante do país (+0,15%), o que pode estar assinalando maior dinamismo do setor industrial.

Se a ocupação tem crescido, inclusive com geração de empregos formais, pode o nível de desemprego aumentar? A resposta é afirmativa.

De fato, como já se mencionou, a taxa de desemprego aberto no mês de outubro de 2003, para os principais centros urbanos, alcançou 12,9%, registrando aumento acumulado no ano de 1,4 ponto percentual. No entanto, a taxa de desemprego média entre janeiro a outubro desse ano é de 12,5%, pouco acima do patamar médio para o mesmo período do ano anterior (11,9%), quando não se teve que enfrentar um processo de ajuste macroeconômico tão severo. A expansão do

³ Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego.

nível de desemprego em 2003 concentrou-se no primeiro semestre do ano (crescimento de 29,1%), ao passo que no terceiro trimestre a elevação do desemprego é bem mais moderada (+1,7%).

Nos dez primeiros meses de 2003, de acordo com o IBGE, mais 1.201 mil pessoas se incorporaram à População Economicamente Ativa – PEA⁴ (+5,9%), para o conjunto das seis principais áreas metropolitanas do país. Dessas, 553 mil ingressaram (ou retornaram) pela via da ocupação (+3,1%), ao passo que 648 mil se integraram ao mercado de trabalho pela via do desemprego (+30,6%). Assim, o crescimento do patamar de desemprego não é fruto da falta de criação ou mesmo da eliminação de postos de trabalho, mas de uma expansão do contingente de pessoas procurando trabalho acima do crescimento das oportunidades que o mercado de trabalho oferece.

A taxa de atividade (ou de participação na força de trabalho) cresceu 1,7 ponto percentual em 12 meses, alcançando 57,7% em outubro do corrente (após ter atingido o ponto máximo em setembro – 58,2%). Só para se ter uma idéia do que representa esta maior “pressão de oferta” no mercado de trabalho metropolitano, com conseqüente elevação da incidência do desemprego, caso se observasse, no mês de outubro de 2003, a mesma taxa de atividade verificada em outubro de 2002 (56%), a taxa de desemprego atual (outubro de 2003), para o conjunto das áreas metropolitanas da PME, seria de 10,3%, ou seja, praticamente 2,6 pontos percentuais menor que a taxa efetivamente registrada neste mês⁵.

E qual a razão dessa expansão mais elevada da PEA? Nos últimos anos, devido aos ajustes sofridos pela economia, houve uma saída de trabalhadores do mercado de trabalho, em sua maioria jovens, que diante da dificuldade em encontrar trabalho, preferiram suspender a busca temporariamente, para estudar ou simplesmente por sentir-se desalentado (desencorajado para buscar trabalho). Estas pessoas estão retornando ao mercado de trabalho, o que contribui para elevar a taxa de participação (proporção das pessoas em idade de trabalhar que participam da força produtiva – PEA). A PEA entre 18 e 24 anos apresentou uma expansão de 7,3% no ano (janeiro a outubro), contra uma expansão de 5,9% da PEA total, representando a incorporação de mais 282 mil jovens no mercado de trabalho, para o conjunto das áreas metropolitanas da PME, o que responde por praticamente um quarto do crescimento da força de trabalho metropolitana no período.

Por outro lado, pelo fato de haver desemprego elevado e pela queda nos rendimentos percebidos pelas famílias nos últimos anos, muitas se defrontam com a necessidade de mandar mais um de seus membros para o mercado de trabalho, com o intuito de manter ou melhorar o orçamento familiar. Dessa forma, apesar de estar ocorrendo elevação da ocupação, o fluxo de pessoas entrando no mercado de trabalho é suficientemente alto para pressionar para cima a taxa de desemprego.

⁴ A PEA representa a soma das pessoas ocupadas com as pessoas desocupadas (sem ocupação, mas procurando ativamente por um trabalho).

⁵ Diversos analistas têm atribuído esse fato à queda do rendimento real devido ao recrudescimento da inflação no ano passado.

O nível de rendimento médio real do trabalho⁶, de acordo com a PME, tem apresentado queda sistemática no decorrer de 2003. Em doze meses (comparação de setembro de 2003 com setembro de 2002), a redução observada no nível de rendimento médio real dos ocupados foi de quase 16%. Entre os trabalhadores por conta própria a queda foi mais intensa (-22,6%), sendo de 11,8% para os empregados com carteira assinada e de 5,1% para os empregados sem registro em carteira.

O comportamento dos rendimentos médios reais em 2003 vem seguindo a tendência de queda observada nos últimos anos, desde que se alcançou o teto em 1997. No entanto, o quadro se agravou em 2003, relativamente aos anos anteriores, atingindo principalmente aqueles trabalhadores com inserção mais precária. Cumpre lembrar que essa queda acentuada nos rendimentos reais está fortemente associada ao agravamento do quadro inflacionário, a partir do último trimestre do ano passado, e que se estendeu por praticamente todo o primeiro semestre desse ano. Tanto é assim que, se analisarmos a evolução do rendimento médio real do trabalho ao longo de 2003, verifica-se que a queda é mais pronunciada no primeiro e segundo trimestres, respectivamente -2,8% e -4,1%, contra uma retração mais atenuada no terceiro trimestre (-1,4%). Espera-se, inclusive, a reversão dessa tendência em função dos significativos aumentos nominais conquistados por importantes categorias de trabalhadores, a partir do segundo semestre, combinados ao quadro de redução da inflação.

O tipo de inserção na ocupação, observada para o mercado de trabalho metropolitano em 2003, segundo o IBGE, revela uma maior precariedade: das 553 mil novas ocupações geradas entre janeiro e outubro desse ano, 265 mil foram na condição de trabalho assalariado sem registro em carteira no setor privado e 256 mil na condição de conta própria, contra uma redução de 136 mil empregos com carteira assinada. No entanto, este quadro apresenta uma expressiva melhora, a partir do 3º trimestre do ano, com crescimento de 1,25% do emprego com registro em carteira. O mês de outubro, inaugurando o último trimestre do ano, indica uma reversão do quadro de maior informalidade do mercado de trabalho metropolitano, com o emprego com carteira assinada no setor privado crescendo cerca de 0,8%, ao passo que o emprego sem carteira no setor privado mostrou uma redução de 2,6%.

Que conclusões se podem extrair do balanço do mercado de trabalho em 2003?

Os indicadores que mostram maior deterioração do mercado de trabalho nas áreas metropolitanas (crescimento do patamar de desemprego, retração da renda do trabalhador e expansão da informalidade), parecem concentrar esse mau resultado no primeiro semestre do ano. O terceiro trimestre e o começo do último trimestre sinalizam com certa estabilidade do patamar de desemprego (se ainda não baixou, pelo menos a taxa de desemprego deixou de apresentar uma trajetória ascendente), recuperação do emprego formal e menor deterioração da renda real do trabalhador.

Há sinais evidentes de retomada do crescimento econômico. O crescimento de 0,4% do PIB no 3º trimestre foi o primeiro desempenho positivo de 2003, puxado pelo crescimento da produção

⁶ Rendimento médio real efetivamente recebido no trabalho principal, cujo valor é apurado sempre com um mês de defasagem em relação ao mês de referência da pesquisa.

industrial (2,7%) e pela recuperação dos investimentos produtivos (elevação de 2,8% da Formação Bruta de Capital Fixo). O desempenho da indústria em setembro foi expressivo, com um aumento de 4,2% em relação a agosto, e aumentos de 8% na produção de bens de capital e de 5% na de bens de consumo duráveis, impulsionados pelo aumento das exportações, pela queda dos juros e pela expansão da oferta de crédito.

Dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) indicam que a produção industrial paulista voltou a produzir mais em outubro, com o Indicador do Nível de Atividade industrial (INA) crescendo 1,3%, após ter apresentado elevação de 6% em setembro. O crescimento da atividade industrial captado para o mês de outubro é inferior à expansão das vendas industriais reais (3,5%), sinal de que o setor está eliminando estoques, o que deve manter os atuais níveis de produção neste final de ano. Tais indicadores têm impactado positivamente o nível de emprego na indústria de transformação paulista, que já acumula três meses seguidos de expansão (0,29% em setembro, 0,51% em outubro e 0,29 em novembro), o que permite projetar um crescimento de 0,5% do emprego industrial no Estado de São Paulo.

Os indicadores do comércio começaram a mostrar reação em setembro, com destaque para a venda de móveis e eletrodomésticos (crescimento de 7% em setembro de 2003 relativamente a setembro de 2002). O último trimestre de 2003 certamente mostrará maior dinamismo das atividades ligadas ao comércio e aos serviços, em função da demanda de fim de ano. Os números do MTE mostram que o emprego formal no Comércio apresentou crescimento mais acelerado nos meses de setembro e outubro (respectivamente 0,71% e 0,75%), indicação de que a atividade comercial vem se recuperando.

Tendo em conta o quadro atual de estabilidade macroeconômica, com perspectivas de continuidade da política de redução gradual da taxa de juros, a recuperação do crédito ao consumidor e dos investimentos produtivos, e a recuperação imprescindível da renda do trabalho, é de se esperar um final de ano mais alentador e um 2004 mais promissor, consolidando a trajetória de recuperação da atividade econômica, com reflexos positivos na geração de emprego e nos rendimentos do trabalho. A expectativa é de que o PIB apresente um crescimento de 3% no último trimestre do ano e de algo em torno a 3,5% em 2004. Neste cenário, o quadro recessivo parece mesmo ter ficado para trás.

Cumprir destacar, no entanto, que uma queda significativa do desemprego não deve ocorrer no curto prazo, em função de fatores como a utilização de capacidade ociosa na indústria (maior utilização da capacidade produtiva existente) e a forte pressão de oferta que paira sobre o mercado de trabalho, a qual para arrefecer depende, em grande medida, da recuperação dos rendimentos das famílias.

A maior incidência de pessoas desempregadas é um grave problema social reconhecido por este governo e motivo de grande preocupação. Não se trata, todavia, de um problema novo. Novo sim é o compromisso desse governo com a retomada do crescimento de forma sustentável, sem criar “bolhas de crescimento”, ou seja, de buscar passar de uma recuperação cíclica para uma trajetória contínua de crescimento com inclusão social, por meio da recuperação dos investimentos produtivos e dos investimentos em infra-estrutura, menor vulnerabilidade externa e recuperação do mercado interno de consumo através do aumento da renda das famílias.